



PARECER PRÉVIO Nº 109/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11028/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Ernani Nunes Santiago (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Mauro Gilberto Frota Lobato - OAB/AM 10848 e Sabrina Thayssa Maciel de Freitas - OAB/AM 14495.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1.100/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **aprovação com ressalvas** das contas Anual da **Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva**, referente ao **exercício de 2016**, de responsabilidade do Senhor **Ernani Nunes Santiago**, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.

Vencido o Voto do Conselheiro Relator Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas da Prefeitura de Rio Preto da Eva e determinação



PARECER PRÉVIO Nº 109/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 46ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 20 de dezembro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 109/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 109/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11028/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Ernani Nunes Santiago (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Mauro Gilberto Frota Lobato - OAB/AM 10848 e Sabrina Thayssa Maciel de Freitas - OAB/AM 14495.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.936/2022 e 1.100/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2016.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.2.1. Inexistência no Município de um Sistema de Controle Interno, ato normativo de criação do Controle Interno, dados do gestor responsável, inclusive sua qualificação para eventual notificação, e respectivo relatório de controle interno, referente ao exercício de 2016, conforme estabelecem os artigos 31 e 74 da Carta Maior de 1988 c/c o artigo 45 da Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM);

10.2.2. Ausência de envio das remessas ao sistema GEFIS referente a todos os bimestres de 2016 ao sistema GEFIS, nos termos da Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013;

10.2.3. Desatualização do Portal da Transparência em consultas realizadas em 13/06/16, 19/10/16 e 27/12/16 em descumprimento aos arts. 48, 52, 55, § 2º, da Lei Complementar 101/00, ao não



ACÓRDÃO Nº 109/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 109/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

disponibilizar os instrumentos de transparência da gestão fiscal (Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal de 2016 do seu respectivo período de gestão);

10.2.4. Desatualização do Portal da Transparência em consultas realizadas em 24/04/17 face ao descumprimento dos critérios expostos no Anexo I desta peça técnica (análise de portal da transparência segundo a Resolução ATRICON 05/16);

10.2.5. Descumprimento do prazo de envio de dados ao Sistema GEFIS referente ao 1º e 2º semestre de 2016 do RGF, em descumprimento ao art. 32, II, “h”, da LO/TCE c/c o art. 5º, §1º da Lei nº 10.028/00;

10.2. **Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. **Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 20 apresentados pela DICOP; e de 21 a 71 apresentados pela DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 72 a 76 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do voto.

10.4. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Rio Preto da Eva e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 46ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 109/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 109/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça,
Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO em 19/01/2023.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 997C71A2-CBC517B9-DE6D6E54-EBB9886A